



e-Spania

Revue interdisciplinaire d'études hispaniques
médiévales et modernes

25 | octobre 2016

***Crónica de 1344* / Les ports de la monarchie espagnole
– Amérique / Semblanzas de los conquistadores**

A *Crónica de 1344* e a escrita profética

José Carlos Ribeiro Miranda



Edição electrónica

URL: <http://e-spania.revues.org/26194>

DOI: 10.4000/e-spania.26194

ISBN: 978-2-919448-98-2

ISSN: 1951-6169

Editora

Civilisations et Littératures d'Espagne et
d'Amérique du Moyen Âge aux Lumières
(CLEA) - Paris Sorbonne

Este documento é oferecido por Faculdade
de Letras da Universidade do Porto -
Biblioteca



Refêrencia eletrónica

José Carlos Ribeiro Miranda, « A *Crónica de 1344* e a escrita profética », *e-Spania* [Online], 25 | octobre 2016, posto online no dia 03 Janeiro 2017, consultado o 24 Janeiro 2017. URL : <http://e-spania.revues.org/26194> ; DOI : 10.4000/e-spania.26194

Este documento foi criado de forma automática no dia 24 Janeiro 2017.



Les contenus de la revue *e-Spania* sont mis à disposition selon les termes de la Licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Pas de Modification 4.0 International.

A Crónica de 1344 e a escrita profética

José Carlos Ribeiro Miranda

- 1 Num artigo recentemente publicado¹, defendemos que a *Grande e General Estoria* alfonsina tinha sido uma das fontes usadas pelo Conde Pedro de Barcelos na redacção da parte inicial da sua *Crónica de 1344*. Fundamentámos essa nossa alegação nas flagrantes afinidades que se detectam entre um pequeno texto dedicado a Hércules que se pode ainda ler no manuscrito 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca (M), único testemunho existente para essa parte da obra do autor português², e em alguns passos da biografia do herói grego que comparecem na grande obra de historiografia universal alfonsina mas estão ausentes de outros escritos que se enquadram no leque de fontes que a *Crónica de 1344* poderia ter usado para a matéria correspondente, como o Toledano, a *Estória de España* e as várias obras de matéria troiana³.
- 2 Contudo, essa verificação inicial não foi mais do que um ponto de partida para desvendar um conjunto de procedimentos literários até então detectados apenas marginalmente, que se verifica darem corpo a um projecto de escrita historiográfica muito particular e sem paralelo conhecido na historiografia peninsular, cujos eixos articuladores cumpre identificar. Assim, Hércules é definitivamente entendido como o fundador da monarquia ibérica, num papel semelhante ao de Brutus relativamente à monarquia britânica e, antes dele, ao de Eneias relativamente a Roma⁴. Esse papel fundador ganha expressão com a elevação de um monumento – a Casa de Hércules –, que poderá ser entendido como algo entre o templo e o totem, destinado não somente a representar essa mesma monarquia, mas também a condicionar cada um dos seus sucessivos membros, que deverá acrescentar os seus ferrolhos («*berrojos*») ou cadeados («*canados*») aos já existentes sempre que aceda ao poder. Entretanto, surge um infractor/violador da ordem assim representada, que será punido com a derrota militar e arrastará a colectividade para um período de incerteza. Sobre o rei Rodrigo recairá esse infausto papel⁵. O último dos reis godos não só não respeitará os interditos e os rituais associados à Casa de Hércules, como terminará violando a Caba, filha do Conde Julião, seu general, acto que funcionará como razão próxima da invasão muçulmana da Península. Sendo consequência directa de uma infracção por parte do rei Rodrigo, a entrada dos norte-africanos na Terra de Espanha só

é possível, todavia, porque o general responde ao agravo sofrido traindo o seu rei e pondo a Espanha cristã à mercê do invasor. Tal virá a suscitar reparação e vingança futura, cuja concretização, porém, apenas terá lugar muito tempo depois, na batalha do Salado ou de Tarifa, ocorrida em 1340.

- 3 Na realidade, foi o percurso inverso de leitura que nos persuadiu de que havia na escrita da *Crónica de 1344* uma intenção deliberada de envolver a narrativa da *Estória de España* num plano de tipo «providencialista» – vamos chamar-lhe assim, embora haja que especificar e matizar o que este conceito significa no caso vertente. Desse plano de dimensão providencialista vemos essencialmente uma ocorrência que ressoa várias vezes, como mostrou Maria do Rosário Ferreira, ao longo das sequências narrativas ou meramente enumerativas de que se compõe a *Crónica de 1344*⁶. Trata-se da batalha do Salado ou, para sermos mais precisos, da de Tarifa, já que o Conde nem uma única vez usa o termo Salado, preferindo-lhe sempre Tarifa, e percebemos bem porquê. Segundo o Conde, Tarifa deriva de Tarife ou Tarifee, o lugar-tenente de Muza que comandou as tropas muçulmanas que invadiram a Espanha trazidas pelo Conde Julião, e que é usualmente chamado «Tariq». Seja como for, Tarifa institui-se em lugar icónico da traição e da agressão que exige vingança – esse misto de juízo e de punição que tantas vezes ressoa na escrita antiga⁷.
- 4 Mas, para que tivesse lugar a violação da casa que simboliza a majestade monárquica e a representa inserida na problemática vassálica, já que a descrição presente no texto de Conde a decora internamente com imagens da cavalaria, era necessário que tais instituições – especialmente a monarquia – tivessem sido já formalmente instituídas, e em termos tais que as tornassem imponentes e inquestionáveis. Ora é aí que o Conde inova, ao elevar Hércules, o grego, à condição de instituidor da realeza ibérica e construtor casa que representava a sua soberania. Por sua vez, o papel instituidor de Hércules é partilhado por dois dos seus sucessores, Espan e Pirro, que, assumindo as tarefas de povoamento e implementação da justiça, formam como herói grego a tríade fundacional da monarquia ibérica.
- 5 Anote-se, todavia, que, tal como foi já referido antes, o primitivo texto cronístico do Conde tem de ser de algum modo reconstituído, no que a estes factos diz respeito, devido a uma lacuna existente no único manuscrito que o transmite, em versão castelhana e já algo tardia⁸. Mas aquilo que na *Refundição de circa 1400* da *Crónica de 1344* subsiste e não tem correspondência na *Estória de España* alfonsina – e que concorda perfeitamente com o que se diz na versão do manuscrito de Salamanca, sobre o qual deve incidir a atenção primeira de qualquer estudioso – leva-nos a pensar que é ainda perfeitamente possível identificar o sentido da elaboração historiográfica do Conde na sua crónica⁹.
- 6 E todavia não é razoável dizer que Pedro de Barcelos inovou muito, a não ser no recurso a fontes até ali pouco utilizadas ou não utilizadas de todo, como o texto historiográfico árabe de cuja tradução, efectuada por Gil Peres e Mestre Mohamad a mando do rei D. Dinis, se terá constituído aquele que actualmente dá pelo nome de *Crónica do Mouro Rasis*¹⁰. Mas, como veremos, esse texto não parece ser de excepcional relevância para o que aqui trazemos. Na realidade, Hércules era já uma figura conhecida da história mítica da Espanha, sobretudo desde que, ainda na Antiguidade, se dera a identificação do reino do gigante Gerion com a Península Ibérica, atirando algumas das aventuras do colosso grego para o ocidente mediterrânico¹¹. O *Toledano* e, na sua esteira, a *Estoria de España* e também a *General Estória*, haviam-lhe já concedido um papel de muito relevo, embora nem sempre positivo. Afinando por aquilo que se pode igualmente ler na *Crónica do Mouro Rasis*,

todas estas obras consideram que, quando Hércules chega à Península, já havia nesta região uma monarquia bem consolidada, estribada num povoamento que remontava aos filhos de Noé. Hercules não mais tinha vindo fazer do que impor a sua força, povoando, é certo, mas também destruindo, aspecto para o qual todos os textos convocados chamam a atenção. Em todo o caso, em nenhum destes Hercules é rei, e muito menos fundador da realeza ibérica¹².

- 7 Não sabemos como o Conde lidou com os primitivos descendentes de Tubal, a que a *Estoria de España* chama «los espannoles»¹³, porque essa parte da narrativa estaria na mencionada lacuna. Mas lendo o relato que subsiste mais adiante sobre a Casa de Toledo e o processo da sua fundação, torna-se inevitável que, de uma maneira ou de outra, a história mítica peninsular anterior a Hércules se reduzisse a tiranos do jaez de Gerion, qualquer que fosse a solução encontrada para assegurar a continuidade do relato. Disso estamos pfeitamente seguros com base na observação dos testemunhos tal como estes se configuram. Tudo o que sobre o assunto se pode ler na *Refundição de circa 1400* vem directamente da *Estoria de España*, não havendo qualquer vestígio da presença de outros textos, para além da primitiva redacção da crónica do Conde de Barcelos, que adiantassem alguma novidade sobre esta matéria.
- 8 A célebre Casa de Toledo e respectiva violação por Rodrigo tem uma origem reconhecidamente remota, já que está toda ela no texto árabe da autoria de Ibn Abd Al Hakam, autor egípcio que no século IX escreve sobre a conquista árabe do norte de África e do Al-Andalus¹⁴. Tudo leva a crer que o seu texto terá sido fonte de Ahmad Al Razi, ou se terá fundido com este num momento bastante anterior à tradução portuguesa do séc. XIV, já que tanto o Toledano como Afonso X o conheceram no contexto de matéria proveniente do chamado «Mouro Rasis»¹⁵.
- 9 Saliente-se, no entanto – e nunca é demais reafirmá-lo, tendo em conta a quantidade de equívocos que se vão disseminando –, que em nenhum desses textos é feita a associação da Casa de Toledo à figura de Hércules, que se regista pela primeira vez na *Crónica de 1344*, e parece ser da exclusiva responsabilidade de D. Pedro, Conde de Barcelos, se tivermos em conta a elaboração sobre o papel do herói fundador da monarquia ibérica que marca os pontos chave da sua crónica¹⁶. Tal associação transita daí para Pedro del Corral, dando então origem a um dos mais conhecidos mitos da História antiga peninsular¹⁷.
- 10 A alegação de que essa associação poderia provir já de Al Razi e da sua tradução no *Mouro Rasis* – na parte do texto que, lamentavelmente, se encontra perdida – esbarra com o total silêncio que nesse texto se faz sobre o assunto, na parte reservada à narrativa do feitos peninsulares de Hércules, aliás, diminuta e muito negativa para o herói grego, tal como já anteriormente indicámos¹⁸.
- 11 Portanto, sob uma aparente identidade de matérias, apenas com pequenos desvios, omissões e acrescentos, a *Crónica de 1344* distingue-se notoriamente da tradição narrativa inaugurada pelo *Toledano* e pela *Estória de España*. Esse afastamento incide tanto na organização da matéria como nos sentidos implícitos que se lhe atribui. Abreviando razões, diremos que a narrativa historiográfica castelhana do séc. XIII opta por uma apresentação linear dos factos históricos, alinhando pontos altos e pontos baixos dessa mesma história, onde predominam a cristianização gótica, a invasão muçulmana e a reconquista cristã, mas sem que o fluir dos acontecimentos esteja sujeito a uma razão externa profunda ou a um sentido prévio que os articule

- 12 Pedro de Barcelos não vai, obviamente, pôr em causa estes andamentos, mas vai deslocá-los substancialmente. O que parece estar em causa é o poder, as suas instituições e a sua legitimidade. Por isso, o relevo que deveria recair na história gótica desloca-se para trás, para uma mítica fundação da monarquia por Hércules, da qual os romanos e os godos terão sido continuadores até ao desastre de Rodrigo. Uma análise mais fina da narrativa vai certamente permitir apurar melhor esta ideia, e mais o faria se tivéssemos acesso ao conteúdo da inoportuna lacuna a que já nos referimos, que terá contido grande parte da matéria narrativa referente a estes aspectos.
- 13 Tem-se argumentado que o Conde apenas teve acesso à *Estória de España* a partir de Ramiro I, o que o teria impedido de ser mais desenvolvido na matéria narrativa anterior. Embora tal ideia deva ser, a nosso ver, devidamente reponderada, não passa despercebido que o autor português não dá, no tocante à reconquista cristã, um relevo particular à dinastia asturiana, que na sua obra ganha corpo apenas a partir de Ramiro I, o de Clavijo. Parece também evidente que a dita reconquista se situa em limites muito precisos, entre Clavijo (844) e Tarifa (1340) perfazendo um número próximo de 500 anos – se é que não é precisamente meio-milénio completado em 1344...¹⁹ – e entende-se por que razão. Na realidade, esta definição temporal não tem fundamento essencial na problemática da alternância da fé e dos credos, mas procura antes centrar-se num outro plano, em que predomina o desígnio político-simbólico da reparação de uma traição, como já mencionámos atrás e confirmaremos adiante. Ou seja, a problemática do poder sobrepõe-se à oposição estreitamente religiosa que está na base do conceito de reconquista.
- 14 Hércules, Rodrigo, Tarife e a batalha de Tarifa são, deste modo, as saliências da História, tal como esta é concebida pelo Conde de Barcelos. Ora esta reformulação da história ibérica, embora também implique alguma mexida na matéria herdada, incide mais nos ritmos do que nos acontecimentos. Além disso, faz-se acompanhar de alguns anúncios intra ou extradiegéticos que consistem em prever profeticamente acontecimentos a ter lugar num futuro mais ou menos longínquo, ou então em constituir cenários dinâmicos e abertos que se destinam a ser continuados e concluídos em momentos posteriores. E ainda, como não podia deixar de ser, em explicar que acontecimentos do presente constituem corolário de outros que tiveram lugar no passado.

O anúncio profético na *Crónica de 1344*

- 15 No estado actual da transmissão textual, esse tipo de armadura narrativa é particularmente visível nos episódios do rei Rodrigo, *maxime* no da violação da Casa de Toledo. Nesse episódio encontramos praticamente todos os motivos que dão corpo àquilo que noutras sede já designámos com «narrativa profética»²⁰. Vejamos então: começamos com a descrição de uma casa feita com meios sobre-humanos e materiais luxuosos e requintados, com qualidades que o homem comum não consegue ultrapassar porque reflectem o poder do instituidor e o seu legado à posteridade:
- E mais te diremos: sabe que en toda la casa non há piedra que en color semeje que mano de onbre la oviese puesto; e bien asmamos que todas las mas destas piedras son marmoles; e son tan claros que maravilla es, e son de tantas colores que es maravilla, e non cuidaredes que hi estan dos ni tres piedras de una color. E son tan solamente juntadas que vos semejaria, si por las colores no fuesen, que toda la casa es una piedra, e así semeja e por tal guisa es labrada*²¹.
- 16 Esse instituidor tinha a extraordinária capacidade de saber o futuro, como convém a este tipo de narrativa:

E porque Ercoles fue muy deseado e bien aventurado e muy entendido de las cosas que avian de venir e nunca en España ovo rei que su mandado quisiese pasar, ante fizieron todos como el mandó²².

- 17 Ora, é com base nesse poder que se declara que Hércules havia lançado à posteridade um aviso, sob a forma de «letras», contendo naturalmente um interdito, esse mesmo que Rodrigo irá desrespeitar, sofrendo por isso as calamidades que se irão abater sobre si e sobre o conjunto dos reinos nos quais detinha a soberania. Esse interdito, que incidia sobre a inviolabilidade da casa, era acompanhado da obrigação de cumprir actos rituais específicos, a saber, a colocação de um novo cadeado na porta por parte de cada rei recentemente entronizado:

E pues que Ercoles fizo esta casa e echo una puerta que em ella há non muy grande, fizo echar un cañado tan sotilmente como vos podeades ver. E ante qu'esto fiziese, entro dentro e metio hi no sabemos qué, ni asmamos que oy sea en el mundo onbre que lo sepa nin que nunca lo sopiese, si el non. E pues que qu'esto ovo fecho, escrivio en la puerta letras muy bien talladas de oro e de azul que dezian ansi: «Yo defiendo que ninguno non sea osado, por fuerça ni por seso que aia, qu'esta puerta abra; e mando e ruego a todos los reies que despues de mi vinieren, que echen en esta puerta berrojos e canados e que la fagan ben guardar asi como la yo faria²³.

- 18 Para que a instituição da casa e dos seus inteditos seja completa, o herói grego nomeia então um corpo de guardadores do local, uma casta sacerdotal formada por doze homens, cuja função devia permanecer ao longo dos tempos.

El dio entonces la llave de aquel canado a doze omes de los mejores, que la guardasen. E fizoles jurar que, en todo tiempo que ellos pudiesen, que nunca aquella puerta fuese abierta. E fizo [jurar?] al concejo de Toledo que, quando alguno de aquellos que avian de guardar la casa muriese, que luego un otro metiesen en su lugar²⁴.

- 19 Quando o rei Rodrigo de apresenta perante a Casa de Hércules são esses mesmos guardadores que se lhe dirigem, comunicando-lhe todas as informações, prescrições e avisos convenientes à situação, reiterando sobretudo o carácter profético das acções e palavras proferidas outrora por Hércules:

E porque Ercoles fue muy deseado e bien aventurado e muy entendido de las cosas que avian de venir e nunca en España ovo rei que su mandado quisiese pasar, ante fizieron todos como el mandó, e nos, que avemos de guardar aquella casa, venimos aqui a ti, que echas ay tu canado²⁵.

- 20 Como dissemos, o carácter degradado do único testemunho que nos resta da crónica do Conde de Barcelos impede-nos de saber até onde ia a escrita profética nesta parte do texto, nomeadamente na detalhada história de Hércules que a narrativa precocemente anuncia²⁶. Seja como for, nesse excerto é clara a existência de uma característica definidora deste tipo de escrita, já que também aí, na antecipada apresentação da personagem, se remete para um outro lugar da narrativa, mais adiantado no tempo, onde se fará uma abordagem mais desenvolvida da sua acção.

- 21 Os episódios do rei Rodrigo, sem dúvida os mais conhecidos e que mais ecos posteriores tiveram, não esgotam todavia a arquitectura que envolve a obra. Mais adiante vem-se juntar-lhes um outro motivo, também herdado da tradição árabe, que poderá ter sido ajustado aos propósitos que temos vindo a identificar, embora aí continue a ser difícil discernir qual a amplitude das reformulações levadas a cabo, já que, hoje como outrora, a tradição textual tanto da *Crónica do Mouro Rasis* como da original *Crónica de 1344* não ajudam. Referimo-nos à Mesa de Salomão e ao extraordinário conjunto de riquezas e, provavelmente, de conhecimentos que lhe andavam associados. Tarife, o concretizador da traição do Conde Julião, é o primeiro a apoderar-se dessa mesa, conquanto não seja

explícito no texto que tal peça pertencia ao espólio da Casa de Hercules que, entretanto, o rei Rodrigo mandara ciosamente e secretamente fechar, não sem que primeiro o oferecesse à devassa dos seus homens:

*El palacio fue aquel día catado de muchos onbres buenos, e todos dixerón que tan sotil obra nunca vieron ni oyeron fablar. E el rei don Rodrigo defendió que ninguno non dixese de lo que fallaron allí. E despues mando çerrar muy bien la puerta del palacio; e desi fuese para su palacio qu'el avia muy rico e muy noble en Toledo*²⁷.

- 22 Mais adiante, Musa disputa ao seu general a posse da extraordinária Mesa. É então que o texto declara o seguinte, como que encerrando na diegese a presença dos motivos das maravilhosas ocorrências toledanas:

*¡Ay mesa, que ya oviste por señor el fijo del rei Dávid, aquel que en sua tienpo e despues fue espejo de los sabidores, como me temo que seras mal aseñorada de aquí adelante!*²⁸

- 23 Maus senhores, destino agreste – parece ser aquilo que marca a etapa da história que agora começa. Significará isto que, na perspectiva do Conde, se abre na Hispânia uma falha semelhante à bíblica destruição do Templo? Assim como, na sequência da destruição do Templo após a morte de Salomão, os judeus não mais haveriam de conhecer a unidade e a soberania sobre a terra, também os cristãos da Espanha, depois das infracções de Rodrigo, haveriam de penar até alguma redenção ser conseguida. Por isso, o centro da disputa passa de Toledo para as praias de Tarifa, local da traição desagregadora, e virá a culminar, em tempos de Afonso XI, na batalha de Tarifa. Será esta batalha a redenção final? A parte da *Crónica de 1344* que abrange os reinados de Afonso X a Afonso XI, até agora inédita e agora disponibilizada pelo Projecto Pedro e Barcelos e a monarquia Leoneso-Castelhana²⁹ vem trazer algumas pistas que podem ser interpretadas nesse sentido, mas há que aguardar estudos mais aprofundados para apurar com rigor o que representa efectivamente, no pensamento do Conde, a tão reiterada e insistente menção à batalha e ao local onde, em 1340, esta se verificou.
- 24 Poderá argumentar-se também que grande parte destes elementos estavam já presentes na narrativa árabe a que o Conde teve acesso por meio da tradução de Gil Perez. A consulta dos textos de Adb Al Hakam e de Ibn al-Qutiyya atrás referidos assegura que a casa de Toledo, o seu interdito, o ritual dos cadeados e a violação por parte do Rei Rodrigo, bem como a Mesa de Salomão, são motivos já herdados de uma tradição com séculos de existência. Mas a forma como, na *Crónica de 1344*, tais motivos são apresentados e, sobretudo, a armadura profética envolvente – a antecipação do futuro ou a sua explicação implícita como se este se deduzisse a partir dos factos do passado – construída a partir da figura fundacional de Hércules constituem novidade absoluta.

Pedro de Barcelos e a literatura do seu tempo

- 25 Como se situa o Hércules construído pelo Conde no panorama historiográfico medieval? O herói que deambula enfretando desafios dos mais variados para terminar o seu percurso povoando uma nova terra é conhecido desde a Antiguidade. Dando sequência à velha mas prestigiosa narrativa de Virgílio na *Eneida*, tem lugar nas ilhas britânicas o desenvolvimento de um projecto desse tipo, inicialmente com a *Historia Britonum* de Nennius e, mais adiante, na *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth. Brutus, bisneto de Eneias, é então o povoador e instituidor do poder monárquico que se estende até à dinastia Plantageneta, com o apogeu e queda do rei Artur e do seu glorioso reinado de permeio³⁰.

- 26 Mas não parece seguro que o Conde tivesse tido familiaridade com esses textos. E, além disso, falta-lhes a dimensão da narrativa profética, com um condicionamento do futuro pelas acções do passado, embora, como sabemos, algum messianismo se venha a desenvolver em torno da figura do rei Artur, embora paralelamente aos testemunhos literários conhecidos.
- 27 Também a narrativa bíblica, bem presente na matéria inicial da *Crónica de 1344*, poderia ter sido directa inspiradora deste aspecto do relato do Conde. A História bíblica era, sem dúvida, do seu conhecimento, e foi por ele manobrada tanto na *Crónica de 1344* como no *Livro de Linhagens*, mas não no ponto que agora tratamos, nem em relação com esta problemática. O aspecto mais relevante para a escolha dos modelos literários de referência por parte do Conde de Barcelos residirá porventura no facto de o seu mundo ser feito de relações vassálicas e de linhagens cavaleirescas, como fica bem patente em algumas passagens bem conhecidas das obras que desse autor se preservam, e nomeadamente do *Livro de Linhagens*.
- 28 Por exemplo, mesmo que Rodrigo seja um mau rei que não respeita o carácter totémico do símbolo da monarquia, e de violar a filha do seu vassalo, o Conde Julião, não é justificável, à luz da lógica interna do relato, a traição deste último, que permite o desembarque das tropas de Tarife. Essa traição e respectiva punição irão constituir, como vimos, o eixo ético que marcará a o devir histórico até ao presente da narração.
- 29 Também não escapa à atenção que, na casa de Toledo, deveria estar representada a memória da melhor cavalaria em pinturas esmeradamente feitas:
- Mas las estorias que en ella parescen, esto vos paresceria burla ante que lo veades. E non creheríades que son pintadas con tinta, mas las piedras son asi puestas que vos semejarán que nunca uvo en el mundo tan buena cavalleria que aí non aia la istória. E esta casa está sobre quatro leones de metal atan grandes que es maravilha. E que vos diremos, señor, desta casa? Nos asmamos que en el mundo nunca fue onbre que vos solamente podiese contar las maravilhas que son vistas de fuera*³¹.
- 30 Ora havia um domínio textual, bem conhecido do Conde, onde a escrita profética estava perfeitamente instituída em torno de um mundo profundamente cavaleiresco, vassálico e linhagístico. Referimo-nos ao *romance arturiano*, ou seja, a um conjunto muito vasto de livros em que se traçava a génese da cavalaria cristã até ao seu apogeu no tempo do rei Artur e de Lancelot; o início da sua decadência devido às faltas tanto da cavalaria como da realeza; e finalmente, o duplo processo de redenção e condenação de todo esse mundo através de um verdadeiro juízo final que iria separar alguns poucos, dignos de louvor, da extensa maioria que afundará o reino na destruição³².
- 31 É verdade que, na sequência da lição bíblica, estes romances se articulam em torno da espera messiânica de um redentor, e aí o Conde afasta-se do modelo, porque a redenção, a haver, parece ser promovida colectivamente pela realeza e pela nobreza que combatem e vencem em Tarifa à cabeça do conjunto dos reinos ibéricos. Porém, os momentos anteriores de apogeu, infracção, queda e necessidade de redenção apresentam no Conde flagrantes afinidades com a escrita do romance arturiano. Nomeadamente, um elemento salta à vista, que é o surgimento da casa totémica, na qual se preservam os segredos mais valiosos para a comunidade e que, como é inevitável, está guardada por um interdito. A violação desse interdito origina, naturalmente, uma punição terrível e definitiva, que só um redentor poderá vir a anular.
- 32 No romance arturiano, dois totens-templo desse tipo fazem a sua aparição: o primeiro, é a Barca de Salomão, que não é uma casa fixa, mas sim uma casa móvel, sob a forma de uma

barca, capaz de se deslocar através do tempo pelos espaços diversos exigidos pela busca de uma terra prometida do Ocidente³³; o segundo, é o castelo de Corberic onde se guarda o Graal, também ele passível de observação e de aproximação, mas impenetrável e defendido por idênticos interditos. Uma lança de fogo puniria sempre quem lá entrasse indevidamente³⁴.

- 33 A Barca de Salomão foi, na realidade, uma contrução da mulher de Salomão e continha no seu seio os ícones mais conhecidos da fé, mas também do poder que dessa fé decorre: a árvore da vida; o leito-altar; a espada e a coroa. Ora umas «leteras» escritas em caldeu impediam a entrada a todos, com a excepção que adiante se especifica:

Ai, tu, que em mim queres entrar, quem quer que sejas, bem te guarda que sejas comprido de fee que eu sam tal cousa que nam á i em mi senam fe, por tanto te guarda bem que nom duvides nem em pouco, nem em muito, que eu te farei em tal maneira que nom averás [de] mim que comas, nem outra ajuda, amtes [te] afundirei em tal lugar omde te numca acharám³⁵.

- 34 A Barca, todavia, vogava ao sabor dos tempos e ninguém a guiava. No Castelo de Corberic, onde se escondia a relíquia-signo que dava pelo nome de Santo Graal, havia uma casta de guardadores cuja função era semelhante à daqueles que guardavam a Casa de Hércules em Toledo. Tal como estes, também aqueles não estavam autorizados a entrar dentro do Paço onde permanecia a relíquia. Se o fizessem, estavam sujeitos a duras punições, como irá suceder ao Rei Arfasão, o primeiro deles:

«Rei, neste paço nom debes tu nem outrem jazer que aduro poderia ser ninguem que tanto valesse por bomdade de vida que se deitase em lugar omde fose o Samto Vaso tam homrado como tu viste. E tu fizeste gramde atrevimento. E por tanto Nosso S enhor quer tomar de ti vingança». Emtão leixou correr ùa lamça que tinha na mão e feriu o por ambas as coxas, asi que passou da outra parte. E depois dise: «Agora se guardem os outros de jazerem no Paço Aventuroso, que bem saibam todos os que i jovessem que nhum nom escapará que nom seja morto ou se parta emde mal se sobejo nom for boo cavaleiro». Emtão tirou a lamça e foi se e el rei ficou esmorecido da grão coita que sentio e joveu toda a noute tam coitado que bem cuidava ali morrer amtes que o dia viesse³⁶.

- 35 O interdito, desta vez, não surge sob a forma de carta enviada por alguém do passado (o rei Salomão, no caso da Barca; Hércules, na *Crónica de 1344*), mas decorre das palavras do anjo encarregado de realizar a punição.
- 36 Tudo leva a crer que o Conde de Barcelos usou estes episódios do romance arturiano, e os motivos da narrativa profética que lhes está subjacente, como modelo para reformular alguns aspectos da *Estória de España* que a isso se prestavam³⁷. Se a Casa de Toledo, os seus interditos, a violação por parte do rei já faziam parte da tradição historiográfica, Pedro de Barcelos acrescenta-lhes agora um construtor-instituidor que domina o futuro com a sua ciência e posse de poderes extra-humanos, que organiza uma casta sacerdotal perene para defesa da sua casa-totem e da sua vontade e que comunica com os vindouros através de uma carta escrita. Embora a representação pictórica seja um motivo bem antigo, na Casa de Hércules descrita na *Crónica de 1344* está representada a cavalaria e os seus feitos, o que, só por si, constrói um ambiente que não pode deixar de evocar o mundo arturiano.
- 37 Aquilo que designámos por escrita profética parece nestes episódios ser uma forma de reformular uma matéria já herdada. Mas a crónica vai mais longe e envolve a totalidade da matéria narrada num plano, através da apropriação de um sentido a que chamámos «providencialista», não sem que usemos tal designação com algumas reservas. No romance arturiano – seguindo de perto a lição bíblica –, o providencialismo é claro, já que

há um plano divino explícito. Na *Estória do Santo Graal*, romance, ou parte do ciclo, a que foi reservada a função de estabelecer a fundamentação histórico-teológica do conjunto da narrativa cíclica³⁸, as falas e aparições de Cristo são abundantes, não deixando grandes dúvidas sobre o sentido e a forma que irá ser adquirida por esse providencialismo, que culminará com o surgimento de um herói redentor – Galaaz – que declaradamente assume a figura de Cristo da cavalaria. Em obediência às fontes herdadas – sobretudo a *Historia Regum Britanniae*, de Geoffrey de Monmouth – a narrativa conhecerá um fechamento, mesmo que provisório, com a morte do rei Artur e o afundamento do reino arturiano.

- 38 Como dissemos, no Conde de Barcelos, a falha do rei Rodrigo não origina o surgimento de nenhum redentor messiânico³⁹, sendo que, neste ponto, a crónica se abstém de seguir inteiramente os processos de construção narrativa do romance arturiano. Não se anuncia nem é esperada nenhuma personagem (pelo menos, explicitamente) que, à semelhança da Bíblia ou do romance arturiano, venha trazer a reposição da ordem ao mundo afectado pela traição de outrora. Mas a confluência dos vários ramos da «estória» para um tempo e num local em que tudo parece consumir-se⁴⁰ segue o padrão arturiano, com a particularidade de estar também presente a ideia de que o fim não é mais do que uma passagem para um futuro indefinido⁴¹.

- 39 Com efeito, 1340 e Tarifa continuam a encerrar um significado enigmático, irredutível a um qualquer esquema de razão histórica determinado, a não ser que constituam a passagem necessária para um futuro deliberadamente aberto. As tão inesperadas palavras de Pedro de Barcelos no prólogo do seu Livro de Linhagens, tão explicitamente dirigidas a um futuro indefinido, mas concreto, parece que apontam nesse sentido, eliminando qualquer insinuação escatológica hipoteticamente envolvida na tão insistente referência a Tarifa e a 1340:

E rogo aaqueles que depos mim veerem e vontade houverem de saber os linhagões, que acrescentem em estes titolos deste livro aqueles que adiante decenderem dos nobres fidalgos da Espanha e os ponham e os escrevam nos logares u convem⁴².

- 40 Concluindo: A argumentação aduzida e os exemplos expostos, que estão longe de esgotar o elenco das interferências verificáveis, levam-nos a considerar que Pedro de Barcelos terá afinado o seu discurso pelo padrão narrativo do romance arturiano. Bastará ter em atenção outras partes da sua crónica, sobretudo aquelas que não dependem directamente do texto da *Estoria de España* – como a narrativa sobre os reis do Al Andalus – para encontrar novos pontos de contacto com aquela prestigiada e bem conhecida escrita romanesca, conquanto se possa argumentar, como fez Luís Filipe Lindley Cintra nos estudos citados, que tais amostras de escrita arturiana provêm já da tradução da *Crónica do Mouro Rasis* da autoria de Gil Peres. A ser assim, o Conde D. Pedro ter-se-á limitado a aprofundar uma tendência de escrita que já existia nas fontes que utilizou e na qual igualmente se reconhecia, acrescentando-lhe desenvolvimentos proféticos e eivados de algum providencialismo em torno da figura de Hércules. A organização de uma vasta acção histórica, desenrolando-se em longos períodos temporais em função de um plano no qual tanto o narrador como as primeiras personagens têm a ciência do futuro, sendo, por isso, natural que antecipem a acção com alegações do tipo profético, é demasiado semelhante à que se encontra no romance arturiano para que não se coloque a possibilidade de este constituir um dos universos textuais em que Pedro de Barcelos se inspirou.

- 41 Mas, como dissemos atrás, ao contrário do que sucede no ciclo arturiano, a narrativa profética da *Crónica de 1344* surge despida de ressonâncias escatológicas evidentes⁴³. O que

está em causa é o poder de um grupo – monarquia e aristocracia cristãs – que pretende, numa atitude defensiva mas também de afirmação, reparar os efeitos perniciosos da acção de um violador e as consequências a prazo de uma traição.

NOTES

1. Cf. José Carlos Ribeiro MIRANDA, «A Crónica de 1344 e a General Estoria: Hércules e a fundação da monarquia ibérica», in: Marta HARO CORTÉS (dir.), *Literatura y ficción: «estorias», aventuras y poesía en la Edad Media*, vol. 1, Valencia: Publicacions de la Universitat de Valencia, 2015, p. 209-224.
2. Parcialmente editado por Diego CATALÁN e María Soledad de ANDRÉS, *Edición Crítica del Texto Español de la Cr1344 que Ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid: Seminario Menéndez Pidal/Editorial Gredos, 1971. Eis o excerto mencionado: «Despues desto rreino Teseo treinta años e este Teseo fue en el destruyimiento primo de Troya con Yercules e murio en la era de setecientos e setenta e cinco años. E este Yercules fue muy poderoso y mucho honrrado que ganó muchas tierras y poblolas. E este Ercules fue hijo del rrei Jupiter. E este Ercules fue al mas valiente onbre del mundo e era tan valiente que nunca cavalgo en bestia. E tanto era de grande e valiente. E nunca ovo par en fuerça nin en ligereza, ca dixerón los sabidores, e Paulo Orosio e maestro Godofree dezian, que non avia animalia de quatro pies que le pudiese fuyr por ligera que fuese que la non alcançase e que la non tomase por fuerça de manos, e eso mesmo dezian de las grandes aves. E este Yercules, segun cuentan los sabidores, nascio en el tiempo de Gedeon que fue jues de Isrrael. Començo a fazer las ffuerças grandes quando avia treinta años que edeon judgaua en Isrrael. E este Yercules, [fue] fijo del rrei Jupiter, que fue rrei de Creta que era em Greçia. Yercules fue hijo deste rrei Jupiter, que ya deximos, e d'Almena, muger que fue de Don Fuereon. E esta Almena venia del linaje Quiste, que fue rrei de Greçia. E este Ercules vivio çinquenta e dos años anssi commo adelante oyredes», Ms. M, fol. 7v^a; ed. Catalán e Andrés, p. 117-118.
3. Cf. J. C. R. MIRANDA, «A Crónica de 1344 e a General Estoria...».
4. Cf. Dominique BOUTET, *Charlemagne et Arthur ou le roi imaginaire*, Paris-Genève: Champion-Slatkine, 1992; Francis INGLEDEW, «The Book of Troy and the Genealogical Construction of History: The Case of Geoffrey of Monmouth's *Historia regum Britanniae*», *Speculum* 69 (3), 1994, p. 665-704.
5. Sobre a funcionalidade narrativa deste motivo, ver Madeleine PARDO, «Le Roi Rodrigue ou Rodrigue Roi», *Imprévue*, 1, 1983, p. 61-105; Alan DEYERMOND, «The Death and Rebirth of Visigothic Spain in the *Estoria de España*», *Revista Canadiense de Estudios Espánicos*, 9, 3, 1985, p. 345-367; Helder GODINHO, «O poder e o amor na lenda do rei Rodrigo», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, s/n, 1994-1995, p. 303-310.
6. Sobre a ordenação e o sentido do discurso historiográfico na *Crónica de 1344*, ver os estudos de Maria do Rosário FERREIRA, «Pedro de Barcelos e a salvação da Espanha», in: Samuel DIMAS, Renato EPIFÂNIO e Luís LÓIA (dir.), *Redenção e escatologia: estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa* vol. 1 (Idade média), t. 2, Paris: Nota de Rodapé, 2015, p. 105-118, e «Pedro de Barcelos y la escritura de la Historia: estructura de la redacción original de la *Crónica de 1344*», in: Constance CARTA, Sarah FINCI, Dora MANCHEVA (dir.), *Antes se agotan la mano y la pluma que su historia / Magis defecit manus et calamus quam eius hystoria, Homenaje a Carlos Alvar. 1: Edad Media*, San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2016, p. 103-120; e a ainda, de M. R. FERREIRA e J. C. R. MIRANDA, «O projeto de escrita de Pedro de Barcelos», *Revista População e Sociedade [online]*

, 23, 2015, p. 25-43. URL: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23/o-projeto-de-escrita-de-pedro-de-barcelos>.

7. Na realidade, a denominação «Tarif» já está no manuscrito da *Estória de España* editado por Menéndez Pidal. Mais relevante, todavia, é que em torno desse nome se construa uma falsa etimologia para explicar o nome de Gibraltar, que derivaria do árabe *Gebeltarif*, sendo que «*gebel, en aravigo tanto quiere decir como monte*» (Ramón MENÉNDEZ PIDAL (ed.), *Primera Crónica General de España*, vol. 1, Madrid: Editorial Gredos, 1955, p. 309a). De notar que esta explicação toponímica está já presente no Toledano (Juan Fernández VALVERDE (ed.), *Roderici Ximenii de Rada Historia de Rebus Hispaniae*, Turnholt: Brepols, 1987, p. 102: «*arabice autem Gebel mons interpretatur*»). Em obediência aos seus propósitos, o Conde D. Pedro manteve o nome «Tarife» ou «Tarifee», mas alterou a explicação toponímica que encontrou na sua fonte – qualquer que esta tenha sido – para extrair uma outra, desta vez associando o nome do general mouro a Tarifa.

8. Ver em M. R. FERREIRA, «Pedro de Barcelos y la escritura de la Historia:...», p. 111-113 e 118, a as considerações sobre importância que a descontinuidade textual, gerada por uma lacuna material prévia, presente no ms. M entre as dinastias faraónicas e a enumeração dos reis godos peninsulares, que reveste para a apreensão da estrutura original da *Crónica de 1344*, e a averiguação das matérias que preencheriam os fólhos correspondentes.

9. Argumentámos nesse sentido em MIRANDA, «A Crónica de 1344 e a General Estoria...».

10. Sobre a complexa problemática deste texto e da sua sobrevivência, ver a síntese realizada por Luís Filipe Lindley CINTRA, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. 1 (Introdução), Lisboa: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951, p. CCCXXXV e seguintes. De notar, porém, que a versão castelhana do *Mouro Rasis* contém algumas menções a Hércules, «*el valiente*», na parte referente à fundação das cidades de Beja, Córdova e Carmona, que não se encontram na parte correspondente da *Cr1344*. Como já dissemos noutro lugar, não cremos que tenha sido o Conde a retirá-las da versão traduzida por Gil Peres e mestre Mohamad (como assumem D. CATALÁN e M. S. ANDRÉS (ed.), *Crónica do Mouro Rasis*, Madrid: Seminario Menéndez Pidal/Editorial Gredos, 1975, p. xxvii-xxix) mas antes o redactor da versão castelhana a acrescentá-las, já que é manifesto que a estratégia do historiógrafo português não vai no sentido de diminuir a figura do herói grego. Tais referências têm, aliás, o aspecto de acrescentos hiperbólicos, compreensíveis num redactor-tradutor tardio.

11. Gerion constitui um dos oponentes de Hércules nos seus célebres trabalhos, situando-se o seu território, desde Hesíodo, a ocidente do Mediterrâneo, numa região facilmente identificável com a Península Ibérica. Sobre o tema, ver Aires Augusto NASCIMENTO, «O Mito de Hércules: Etimologia e Recuperação do Tempo Antigo na Historiografia Medieval Hispânica», *Humanitas*, 47, 1995, p. 671-684.

12. Ver MIRANDA, «A Crónica de 1344 e a General Estoria...».

13. «*del quinto fijo de Japhet, que ouo nombre Thubal, donde venieron los espannoles*», *Primera Crónica General...*, ed. MENÉNDEZ PIDAL, 1, p. 6a.

14. Cf. John Harris JONES, *Ibn Abd El-Hakem's History of the Conquest of Spain, now edited for the first time, translated from the arabic...*, Goettingen/London: Dieterich/Williams & Norgate, 1858, p. 18-22. Este autor é anterior e, provavelmente, fonte de Ibn al-Qutiyya (Al Cotia), cuja *Conquista de Al Andalus* é também frequentemente considerada a primeira a transmitir o episódio da casa de Toledo. Sobre este texto, ver María de Jesús VIGUERA MOLINS, «La conquista de al-Andalus según Ibn al-Qutiyya (siglo X)», *Aljaranda: revista de estudios tarifeños*, 81, 2011, p. 8-13.

15. Abordagens recentes da obra deste historiador de Córdova podem ler-se em Luis MOLINA, «Sobre la procedencia de la historia preislámica inserta en la Crónica del Moro Rasis», *Awraq*, 5-6, 1982-1983, p. 133-139; Roberto MATESANZ GASCÓN, *Omeyas, Bizantinos y Mozárabes. En torno a la «prehistoria fabulosa de España» de Ahmad Al-Raḥmānī*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004.

16. Ver J. C. R. MIRANDA, «A Crónica de 1344 e a General Estoria...».

17. Sobre a fortuna deste tema, ver a interessante síntese de Luís Filipe Lindley CINTRA, *Crónica Geral de Espanha de 1344. Lenda do rei Rodrigo*, Lisboa: Editorial Verbo, 1964.
18. Cf. J. C. R. MIRANDA, «A Crónica de 1344 e a General Estoria...».
19. Ver M. R. FERREIRA, «Pedro de Barcelos e a salvação da Espanha», p. 110-11, 116.
20. Sobre o assunto, ver Northrop FRYE, *Le Grand Code. La Bible et la littérature*, Paris: Seuil, 1984. O conceito foi por nós desenvolvido em José Carlos Ribeiro MIRANDA, *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo arturiano da Vulgata*, Porto: Granito, 1998.
21. Ms. M, fol. 27v^a; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 95.
22. Ms. M, fol. 28r; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 96.
23. Ms. M, fol. 27v^a; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 95-96.
24. Ms. M, fol. 27v^a-28r^a; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 96.
25. Ms. M, fol. 28r^a; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 96.
26. Ver, na nota 2, a transcrição deste anúncio, que pode ler-se no fólio 7.
27. Ms. M, fol. 30v^a; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 106.
28. Ms. M, fol. 41v; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 145.
29. Ver sobretudo a narrativa da batalha do Salado que finaliza o relato dedicado ao reinado de Afonso XI, em M. R. FERREIRA (dir.), *De Afonso X a Afonso XI. Edição e estudo do texto castelhano dos reinados finais da 2ª redacção da Crónica de 1344*, Paris: SEMH-Sorbonne/CLEA (EA 4083) 2015. URL: <https://e-spanialivres.revues.org/698>.
30. Cf. Dominique BOUTET, *Charlemagne et Arthur...*; Martin AURELL, *La Légende du Roi Arthur*, Paris: Perrin, 2007.
31. Ms. M, fol. 27v^a; ed. CATALÁN e ANDRÉS, p. 95.
32. Embora nos meios académicos esteja difundida a ideia de que na Península Ibérica circulou um ciclo arturiano reduzido a três (?) partes, ou romances, cuja leitura seria de vocação espiritualizante (não fora a emergência no seu seio do tema do Graal!), a realidade textual interna dos testemunhos que transmitem esse dito ciclo, e também o conjunto de testemunhos que os defensores dessa teoria (Cf. em particular Fanni BOGDANOW, *The Romance of the Grail. A Study of the Structure and Genesis of a Thirteenth-Century Arthurian Prose Romance*, Manchester: Manchester University Press, 1966) resolveram deixar de fora, mostram uma outra realidade, a saber, que o ciclo de romances arturianos que circulou no centro e ocidente peninsular não se afastava muito da estrutura de outros ciclos conhecidos em toda a Europa, cuja construção se havia feito em torno do *Livre de Lancelot*. Assim, podemos dar por adquirido que o ciclo a que nos vamos referindo era constituído pelo *Libro de Lançarote* e pela sua continuação no *Libro de Galaaz*, que continha também o relato do morte do rei Artur. Continha ainda duas continuações retrospectivas, ou seja, incidindo sobre momentos da diegese anteriores ao daqueles romances – a *Estória do Santo Graal* e o *Livro de Merlin* – e ainda um poderoso e extenso romance paralelo ao de Lancelot que era a *Gran Estória de Tristán*. Sobre esta matéria, ver J. C. R. MIRANDA, *A Demanda do Santo Graal*, atrás citado; *id.*, *Galaaz e a Ideologia da Linhagem*, Porto: Granito 1998; Ana Sofia LARANJINHA, *Artur, Tristão e o Graal: a escrita romanesca do Ciclo do Pseudo Boron*, Porto: Estratégias Criativas, 2010; Isabel Sofia C. CORREIA, *Do Lancelot ao Lançarote de Lago. Tradição Textual e difusão ibérica do romance arturiano contido no ms. 9611 da BNE*, Porto: Estratégias Criativas, 2015.
33. O processo da sua construção é narrado na *Estória do Santo Graal*, referido no *Livro de Lancelot* e retomado no *Livro de Galaaz (Demanda do Santo Graal)*, parte final do ciclo.
34. À semelhança da Barca de Salomão, também o Castelo de Corberic surge na *Estória do Santo Graal*, e é revisitado em várias ocasiões no *Livro de Lancelot* para vir a ser o palco de um dos desenlaces da acção global do ciclo no *Livro de Galaaz*.
35. J. C. R. MIRANDA, S. AILENII, I. CORREIA, A. S. LARANJINHA e E. RABAÇAL (ed.) *Estória do Santo Graal (Livro Português de José de Arimateia)*, Porto: Estratégias Criativas, 2016, p. 154 O mesmo letreiro é reafirmado no *Livro de Galaaz (Demanda do Santo Graal)*.

36. *Estória do Santo Graal*, ed cit., p. 341-342.
37. Já CINTRA, *Crónica Geral...*, 1, p. CCCL, se referia à influência do romance arturiano e do *Amadís de Gaula* nestas narrativas, embora a confinasse ao texto da *Crónica do Mouro Rasis* traduzido por Gil Peres e utilizado por Pedro de Barcelos. Ver ainda CINTRA, *Lenda do Rei Rodrigo*, p. 15 e seguintes.
38. Cf. J. C. R. MIRANDA, «Realeza e cavalaria no Livro Português de José de Arimateia, versão portuguesa da *Estoire del Saint Graal*», in: A. NASCIMENTO e C. A. RIBEIRO, *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. 4, Lisboa: Edições Cosmos, 1993, p. 157-161.
39. No entanto, sobre o surgimento de figuras pontuais que assumem uma função messiânica e servem para assinalar positivamente as linhagens que a narrativa do Conde de Barcelos reveste de maior relevância, ver M. R. FERREIRA, «“Terra de Espanha”: A Medieval Iberian Utopia», *Portuguese Studies*, 25 (2) 2009, p. 182-198, p. 192-196.
40. Ver FERREIRA, «Pedro de Barcelos y la escritura de la Historia...».
41. Cf. J. C. R. MIRANDA, «O ciclo arturiano em prosa, versão cavaleiresca da história do mundo», in: S. DIMAS, R. EPIFÂNIO e L. LÓIA, *Redenção e Escatologia...*, p. 118-126; Rafaela SILVA, «Lancelot na contra-Luz do rei David», in: M. R. FERREIRA, A. S. LARANJINHA e J. C. R. MIRANDA (dir.), *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto: Estratégias Criativas, 2011, p. 71-94.
42. José MATTOSO (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. 1, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980, p. 58.
43. Ver FERREIRA, «Pedro de Barcelos e a Salvação da Espanha», p. 116-118.

RÉSUMÉS

Ainda que por vezes tenha sido considerada caótica quando confrontada com a *Estoria de España*, sua antecedente alfonsina, a *Crónica de 1344* não deixa de revelar uma estrutura deliberadamente pensada em obediência a critérios pouco usuais no domínio historiográfico. O presente estudo pretende pôr em relevo um conjunto de processos discursivos que permitem articular personagens e acontecimentos de relevo decisivo – Hércules e a Casa de Toledo; Rodrigo e a recusa das disposições do herói grego; Julião, Tarife e a invasão muçulmana; a batalha do Salado/Tarifa em 1340 – numa razão histórica de natureza profética que supera a lógica enumerativa da narrativa linear. Para o fazer, terá recorrido a alguns processos conhecidos da literatura ficcional da Idade Média, nomeadamente o ciclo do romance arturiano em prosa.

Par comparaison avec celle de l'*Estoria de España*, l'organisation interne de la *Crónica de 1344* a souvent été considérée comme une organisation chaotique. Pourtant, des études récentes ont montré que la succession des matières y est soumise à une structure délibérée qui relève de critères peu communs dans le domaine historiographique. La présente étude met en évidence des manœuvres du discours qui articulent des personnages et des événements clé du récit – Hercule et la fondation de la Maison de Tolède ; le roi Rodrigue et le refus des dispositions de l'héros grec ; la bataille de Tarifa/Salado en 1340 – selon un critère historique de type prophétique qui se superpose à la logique linéaire, propre d'un texte chronologiquement ordonné. Pour ce faire, le chroniqueur a eu recours à des techniques narratives bien connues de l'écriture de fiction au Moyen Âge, qui sont présentes notamment dans le cycle arthurien de romans en prose.

INDEX

Mots-clés : Hercule, Maison de Tolède, Roi Rodrigo, Tarifa, Bataille du Salado, Barque de Salomon, Château de Corberic

Palavras-chave : Hércules, Casa de Toledo, Rei Rodrigo, Tarifa, Batalha do Salado, Barca de Salomão, Castelo de Corberic

AUTEUR

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

Universidade do Porto, SMELPS/IF/FCT